ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios indos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações do Resultado	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações do Fluxo de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e associados da AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros (ITG 2002).

Base para opinião

A entidade não elaborou um estudo sobre a vida útil dos seus bens e a avaliação do valor recuperável através da aplicação teste de "impairment". Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos de possíveis ajustes em razão da adoção dessa política sobre as demonstrações contábeis auditadas em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192 Vila Mariana - São Paulo, SP CEP: 04.011-002 ☎ (0xx11) 5085-0280

E-mail: cokinos@cokinos.com.br



relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em decorrência dos assuntos mencionados nas notas explicativas nº 10 e 11, enfatizamos que a entidade possui transações com partes relacionadas. Essas transações poderiam determinar resultados financeiros diferentes para a entidade, se realizadas com partes não relacionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192
Vila Mariana - São Paulo, SP CEP: 04.011-002

(0xx11) 5085-0280

E-mail: cokinos@cokinos.com.br



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192
Vila Mariana - São Paulo, SP CEP: 04.011-002

★ (0xx11) 5085-0280
E-mail: cokinos@cokinos.com.br

*



operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

COKINOS & ASSOCIADOS

Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 15.753/O-0 Registro CVM n.º 7.739

RENE CECCACCI

Contador CRC-1SP141697/O-7





ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73 BALANÇO PATRIMONIAL

2.015	77.299.347 27.225.406 30.103.606 3.373.222 1.303.839 3.789.953 1.431.528 9.023.303 126.995 921.494	43.637.052 26.876.199 16.760.853	106.912.216	227.848.616
2.016	64.591.780 22.753.110 20.729.696 3.392.606 1.285.070 4.244.412 1.555.663 9.978.051 415.803 237.367	23.155.285 19.015.695 4.139.590	133.415.813	221.162.878
я Н	10 16 17 17	2 		И
PASSIVO	Circulante Fomecedores Empréstimos e financiamentos Valores a pagar - Ceac Norte Obrigações tributárias Obrigações trabalhistas Obrigações trabalhistas Provisões trabalhistas Recebimento antecipado Outras contas a pagar	Não Circulante Exigível a Longo Prazo Empréstimos e financiamentos Provisão p/contingências	Patrimônio líquido	TOTAL DO PASSIVO
2.015	78.378.616 2.534.964 44.861.175 3.373.222 9.799.142 704.667 21.281 2.588.984 14.495.181	149.470.000 10.466.714 138.105.342 897.944		227.848.616
2.016	85.383.367 9.491.086 39.504.360 3.392.606 12.240.646 595.772 295.419 2.749.666 17.113.812	135,779,511 4,157,868 130,917,999 703,644		221.162.878
S. E.	00 01 10 06 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	7 00 00		ti
ATIVO	Circulante Caixa e equivalente de caixa Valores a receber Valores a receber - Ceac Norte Partes relacionadas Adiantamentos Despesas antecipadas Outros créditos Estoques	Não Circulante Partes relacionadas Imobilizado Intangivel		TOTAL DO ATIVO

pilcativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Nelson Franco de Azgyado Junior CONTADOR CT CRC 15P241403/0-2

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA

CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

Em reais

		2.016	2.015
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		401.869.275	345.400.761
Receitas de atividades assistenciais		396.357.201	340.864.066
Receitas operacionais		351.442.204	306.090.479
Receitas de Prestação de Serviços		134.612.069	118.343.466
Receitas de Convenios - SUS		171.882.404	138.781.371
Receitas de Convenios -CEAC		50.366.644	47.433.672
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(8.155.840)	(440.950)
Outros		2.998.280	2,628.740
Glosas		(261.353)	(655.819)
Outras Receitas operacionais		44.914.997	34.773.586
Outros		17.775.789	9.222.480
Donativos		861.053	2.106.217
Receitas Com Isenções Usufruídas	13	26.278.155	23.444.890
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias		5.512.074	4.536.695
Receitas Financeiras		5.512.074	4.536.695
DESPESAS OPERACIONAIS		375.365.679	363.662.655
Despesas com atividades assistenciais		367.797.130	344.815.089
Despesas com pessoal		128.401.953	118.598.253
Despesas administrativas e gerais		90.603.745	94.500.786
Serviços prestados por terceiros		13.616.922	8.387.446
Medicamentos e Materiais		97.051.148	87.986.123
Impostos e taxas		1.440.652	1.720.765
Despesas com Depreciação		10.404.555	10.176.826
Despesas com Isenções Usufruídas	13	26.278.155	23.444.890
Outras Despesas operacionais		7.568.549	18.847.566
Despesas financeiras		7.568.549	18.847.566
DÉFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		26.503.596	(18.261.894)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Sergio Tufik Presidente

Nelson Franço de Azevedo Junior CONTADOR CT CRC 1SP241403/O-2

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA

CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO

	2.016	2.015
Patrimônio Liíquido		
No início do exercício	106.912.216	125.174.110
Superávit (Déficit) do exercício	26.503.596	(18.261.894)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.075.823)	(2.075.823)
Superávit (Déficit) de exercício anteriores	2.075.823	2.075.823
No final do exercício	133.415.812	106.912.216

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Sérgio T Presidente

Nelson Franco de Azevedo Junior CONTADOR CT CRC 1SP241403/O-2

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais)

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/Deficit Líquido	26.503.596	(18.261.894)
Itens que não afetam o caixa:		(,
Depreciação	10.375.814	10.176.826
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição/Aumento Valores a Receber	5.337.431	3.774.591
Diminuição/Aumento Partes relacionadas	3.886.726	3.212.711
Diminuição/Aumento de Estoques	(2.618.631)	2.065.900
Diminuição/Aumento de Despesas Antecipadas	(274.138)	2.241
Aumento/Diminuição em Fornecedores	(4.472.296)	10.392.179
Aumento/Diminuição em Impostos	275.864	(55.997)
Diminuição/Aumento em Salários e Encargos	1.533.343	4.736.384
Aumento/Diminuição Outros Débitos/Créditos	(447.106)	(930.326)
Aumento/Diminuição Provisões e Contas a Pagar	(12.915.896)	(289.648)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	27.184.707	14.822.967
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(4.606.274)	(4.300.876)
Vendas de bens no imobilizado ao custo	1.687.343	685.868
Aquisições de bens no intangível ao custo	(431.757)	(393.185)
Vendas de bens no intangível ao custo	349.378	-
Ajustes depreciação	7.138	(290.061)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.994.171)	(4.298.254)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos obtidos	13.636.444	10.851.746
Empréstimos e Financiamentos pagos	(30.870.857)	(20.095.727)
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(17.234.414)	(9.243.981)
Variação de caixa e equivalente de caixa	6.956.122	1.280.732
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.534.964	1.254.232
Saldo de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9.491.086	2.534.964
Variação de caixa e equivalente de caixa	6.956.122	1.280.732

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Sérgio Tulik

ranco de Azevedo Junior

CONTADOR TORC 1SP241403/O-2



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Reconhecimento de utilidade pública:

A AFIP- **Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa** é uma instituição beneficente de assistência social, estabelecida na Rua Napoleão de Barros, 925, Vila Mariana, São Paulo, estado de São Paulo, fundada em 24 de agosto de 1.971, reconhecida de utilidade pública e como entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Constituída sob forma de associação sem fins lucrativos, com certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, aprovada pela Portaria nº 601 de 27 de março de 2017, o pedido de renovação sob o nº 25000-128892/2015-28 com validade para período de 25 de agosto de 2015 a 24 de agosto de 2018.

b. Áreas de atuação e objeto social

A Associação tem por objetivo básico, sem visar lucro, atuando nos seguintes segmentos:

- ➤ Prestar assistência à saúde da população através de serviços ambulatoriais e ou laboratoriais a terceiros, inclusive ao Estado, municípios, autarquias e empresas mistas e públicas,
- Manter ambulatório médico, laboratório clínico e os órgãos de natureza correlatos, para atendimento à comunidade carente;
- Estimular a investigação médica-científica e contribuir para elevação do nível cultural da classe médica, promovendo cursos de aperfeiçoamento, debates, conferências, reuniões congressos, favorecendo o intercâmbio de pesquisadores e professores com instituições congêneres e concedendo bolsas de estudo;
- Promover e reintegrar indivíduos com dependência química a vida comunitária.

c. Administração

Conforme os estatutos sociais, a Associação é governada pela Assembléia Geral dos Associados, e é dirigida e administrada no dia-a-dia por uma Diretoria eleita pela Assembléia para um mandato de quatro anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração ou indenização.

d. Manutenção financeira da Associação

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da AFIP são provenientes principalmente de:

De donativos de pessoas físicas e jurídicas

Serviços análises clínicas laboratoriais;





- > De receitas assistenciais;
- De contratos de prestação de serviços; e
- > De receitas financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria em 26 de abril de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. Base de preparação e apresentação As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.
- **b.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas com donativos são reconhecidos no momento do efetivo recebimento. As receitas operacionais quando os serviços foram efetivamente concluídos e for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.
- c. Ativo Circulante O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- **d.** Moeda de apresentação As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- e. Caixa e equivalentes de caixa Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- f. Aplicações financeiras São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.
 - g. Estoques Foram avaliados pelo custo de aquisição.





- h. Contas a receber Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde SUS e convênios médicos privados.
- i. Provisão para crédito de liquidação duvidosa A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.

i. Ativo Não Circulante

- Imobilizado É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- Intangível Inclui direitos de uso de "software", sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- k. Passivo Circulante É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- **l.** Fornecedores São obrigações referentes aquisições de Bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- m. Provisão de férias Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- n. Passivo Não Circulante É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.
- o. **Patrimônio líquido** É representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido do superávit e ou diminuído do déficit apurados anualmente, conforme legislação em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Representado como segue:

Descrição	31/12/16 em R\$	31/12/15 em R\$
Caixa e bancos – sem restrição	924.829	685.263
Caixa e bancos – com restrição	210.115	826.577
Aplicações financeiras – sem restrição	8.356.142	1.023.124
Total	9.491.086	2.534.964





5. VALORES A RECEBER

Os saldos a receber estão substancialmente representados por serviços prestados a Autarquias, Prefeituras, Organizações Sociais de Saúde, Fundações e Associações em conformidade com as normas e tabelas estabelecidas pelo convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, com operadoras de convênios, empresas, particulares e outros.

Descrição	2016	2015
	em R\$	em R\$
Demais convênios e empresas	13.217.043	13.435.251
Clientes diversos	166.454	1.278.525
Secretaria Municipal de Saúde – São Paulo	10.180.109	14.958.759
SPDM Hospital de Análises Clínicas	-	866.580
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo	3.964.878	3.520.403
Secretaria Municipal de Saúde – Jundiaí	3.352.618	2.780.404
Secretaria Municipal de Saúde – Cuiabá	3.001.256	1.321.053
Prefeitura Municipal de Guarulhos	4.356.546	_
Secretaria Municipal de Saúde – Santos	1.426.123	1.077.269
Assoc. Campo Grande-Santa Casa	536.676	1.311.811
Secretaria Municipal da Saúde-Rio de Janeiro	3.334.884	2.727.889
Hospital Vila da Serra	383.682	455.374
Prefeitura Municipal de Várzea Grande-Mato Grosso	328.450	1.217.483
Assoc. Prot. a Maternidade e a Infância de Cuiabá	-	69.584
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	680.791	-
Secretaria Municipal de Saúde – Sumaré	926.296	930.102
Secretaria Municipal de Saúde – Santa do Parnaíba	33.610	271.131
Secretaria Municipal de Saúde – Sorocaba	1.770.784	820.333
Subtotal	47.660.200	47.041.951
Menos: provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(8.155.840)	(2.180.776)
Total	39.504.360	44.861.175

6. ADIANTAMENTOS

	2016	2015
Descrição	em R\$	em R\$
Empréstimos a Empregados	165.511	229.621
Adiantamento a Fornecedores	430.261	475.046
Total	595.772	704.667







7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2016	2015
	em R\$	em R\$
Depósitos Judiciais	1.929.470	1.799.844
Cheques em cobrança	25.772	16.902
Bloqueio Judicial	3.126	4.062
Depósito em garantia	791.298	768.176
Total	2.749.666	2.588.984

8. ESTOQUES

Os estoques são valorizados pelo custo médio e não superam o valor de mercado. No balanço final os saldos eram os seguintes:

Descrição	2016	2015
	em R\$	em R\$
Materiais para laboratório – reagente	13.328.718	12.046.241
Materiais para laboratório – coleta	1.738.219	
Material de limpeza e higiene	121.968	119.098
Material de escritório	354.422	321.421
Material de manutenção	27.013	7.390
Material de copa e cozinha	34.690	97.452
Suprimento de informática	33.869	37.378
Medicamentos	25.578	13.988
Materiais Auxiliares	1.130.665	1.249.963
Estoque em poder de terceiros	104.060	361.342
Outros itens	214.610	240.908
Total	17.113.812	14.495.181





9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Demonstrado com base no valor original de custo.

Demonstrado com base no valor original o	Taxa de		2015		
Descrição	Deprecia ção	Custo Depreciação Líquido			Líquido
Terrenos sem restrição	- Çao	17.800.707	О	17.800.707	18.191.044
Edificações e benfeitorias sem restrição	40/	52.2// 711	0.522.920	42 722 001	47 100 250
	4%	53.266.711 51.895.580	9.533.829	43.732.881	46.180.350
Edificações-Ajuste Aval. Patrim. ICPC10 (**)	4%	3.893.694	8.339.839	43.555.741	45.631.564
Máquinas, acessórios e copiadora sem restrição	10%	"	2.139.150	1.754.544	1.804.756
Máquinas, acessórios e copiadora com restrição	(*)	95.724	71.285	24.439	3.591
Veículos	20%	130.851	130.850	0	0
Móveis e utensílios sem restrição	10%	5.507.767	3.526.080	1.981.688	1.954.075
Móveis e utensílios com restrição	(*)	273.534	252.167	21.368	5.003
Instalações sem restrição	10%	647.795	610.294	37.502	52.232
Instalações com restrição	(*)	27.000	27.000	1	1
Equipamento de processamento dados sem restrição	20%	11.129.456	9.393.142	1.736.314	1.774.501
Equipamento de processamento dados com restrição	(*)	531.857	473.536	58.321	5.126
Aparelhos e instrumentos sem restrição	10%	244.553	204.015	40.538	23.037
Aparelhos e instrumentos com restrição	(*)	8.867	8.196	671	0
Equipamentos telefônicos sem restrição	10%	1.652.633	886.709	765.924	854.202
Equipamentos médico-cirúrgicos sem restrição	10%	49.436.875	32.349.621	17.087.254	18.641.983
Equipamentos médico-cirúrgicos com restrição	(*)	426.248	386.750	39.498	0
Equipamentos de copa, bar e cozinha sem restrição	10%	1.041.533	683.882	357.651	335.606
Equipamentos de copa, bar e cozinha com restrição	(*)	94.403	82.580	11.822	2.916
Equipamento eletro-eletrônicos sem restrição	10%	2.488.367	2.142.754	345.613	501.061
Equipamento eletro-eletrônicos com restrição	(*)	12.889	11.993	895	1.139
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro		1.626.630	149.107	1.477.523	1.626.631
Outros		279.906	214.860	65.046	67.184
Subtotal		202.513.580	71.617.639	130.895.941	137.656.002
Imobilizações em andamento		22.058	0	22.058	449.340
Totais		202.535.638	71.617.639	130.917.999	138.105.342

^(*) Refere-se aos bens registrados no CEAC Norte e adquiridos com os recursos oriundos do Contrato de Gestão firmado com Governo do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 1.440.847 menos depreciação de R\$ 1.183.609, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em conta o prazo do Contrato de Gestão, desconsiderando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra à renovação os referidos bens adquiridos serão revertidos ao Estado;

1/6

^(**) Em 2012 a Entidade procedeu a atendimento aos preceitos da Lei 11.638/07 e das deliberações CVM nº 583 de 31 de julho de 2009 (CPC 27 – Ativo Imobilizado); CVM nº 609 de 22 de dezembro de 2009 (CPC 37 – adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009 (ICPC 10 esclarecimentos CPC 27) e ITG 2002.



A contabilização da avaliação do principal imóvel entidade e o ajuste foi lançado em conta de ajuste de avaliação patrimonial.

INTANGÍVEL

Descrição	Taxa de		2016	:	2015
	amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso de software sem restrição	20%	3.575.863	2.891.327	684.536	883.626
Direito de uso de software com restrição	*	162.321	157.531	4.790	0
Outros		14.318	0	14.318	14.318
Totais		3.752.502	3.048.859	703.644	897.944

Evolução ocorrida às contas de imobilizado em 2016, foi a seguinte:

Movimentação do custo

	2015			2016
Contas	2015 Custo	Adições	Baixas	Saldo
Terrenos sem restrição	18.191.044	0	390.338	17.800.705
Edificações e benfeitorias sem restrição	53.266.710	0	0	53.266.710
Edificações – Ajuste Avaliação Patrim ICPC10	51.895.579	0	0	51.895.579
Máquinas, acessórios e copiadora sem restrição.	3.634.245	277.277	17.829	3.893.693
Máquinas, acessórios e copiadora com restrição.	85.983	25,220	15.480	95.723
Veículos	446.079	0	315.229	130.850
Móveis e utensílios sem restrição	5.133.567	407.986	33.786	5.507.767
Móveis e utensílios com restrição	261.062	21.411	8.939	273.534
Instalações sem restrição	647.795	0	0	647.795
Instalações com restrição	27.000	0	0	27.000
Equipamento de processamento dados sem restrição	10.525.613	769.478	165.635	11,129,456
Equipamento de processamento dados com restrição	546.004	65.241	79.388	531.857
Aparelhos e instrumentos sem restrição	219.358	25.194	0	244.553
Aparelhos e instrumentos com restrição	8.334	762	230	8.867
Equipamentos telefônicos sem restrição	1.603.733	48.900	0,08	1.652.633
Equipamentos médico-cirúrgico sem restrição	48.673.315	2.780.217	2.016.657	49,436,875
Equipamentos médico-cirúrgico com restrição	387.280	43.098	4.130	426.248
Equipamentos medico-entrigico com restrição. Equipamentos de copa, bar e cozinha sem restrição.	962,992	92.181	13.641	1.041.533
Equipamentos de copa, bar e cozinha sem restrição. Equipamentos de copa, bar e cozinha com restrição.	83.659	19.663	8.921	94.402
	2.567.353	11.725	90.712	2.488.367
Equipamento eletroeletrônico sem restrição	13.270	0	381	12.888
Equipamento eletroeletrônicos com restrição	1.626.630	0	0	1.626.630
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	279.159	2.879	2.120	279.918
Outros	217.139		440.240	217.710
Imobilizações em andamento	449.340	22.058	449.340	22.058
Totais	201,535.104	4.613.290	3.612.756	202.535.638

 $^{5}\mathcal{N}Q$

4



INTANGÍVEL

	2015	2016			
Contas	Custo	Ajuste	Adições	Baixas	Saldo
Direito de uso de software sem restrição	3.499.374		425.868	349.378	3.575.863
Direito de uso de software com restrição	162.321				162.321
Outros	14.318		0	0	14.318
Totais	3.676.013		425.868	349.378	3.752.502

10. TRANSAÇÕES CEAC NORTE

Alguns exames ambulatoriais não podem ser processados nas unidade de atendimento. Conforme dispositivo previsto no Regimento Interno da Organização Social Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa – Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Norte – CEAC- Norte, são processados no laboratório central, mensalmente é transferido à Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa recursos para pagamentos dos desses exames ambulatórias e especiais da AFIP que foram realizados para o Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Norte – CEAC- Norte, os quais são reembolsados à AFIP Central de acordo com as despesas mensais relativas aos exames efetivamente realizados, estes valores, são estabelecidos pela administração levando em conta, dentre outros critérios, a proporção dos exames realizados no laboratório em relação ao total das despesas mensais do mesmo. Este procedimentos passou vigorar a partir do exercício de 2016.Os valores mensais transferidos estão demonstrados como segue:

Meses	2016	2015
	em R\$	em R\$
Janeiro	1.724.071	1.739.958
Fevereiro	1.976.731	1.559.112
Março	2.232.511	1.947.842
Abril	2.122.254	1.823.050
Maio	2.110.524	1.893.041
Junho	2.157.813	1.833.866
Julho	1.926.915	1.894.215
Agosto	2.042.717	1.875.057
Setembro	1.959.808	1.914.364
Outubro	1.985.716	1.968.319
Novembro	2.062.106	1.796.568
Dezembro	1.731.912	1.576.653
TOTAL	24.033.080	21.822.045

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício, relativas às operações com CEAC Norte decorrem de transações entre a CEAC Norte e a AFIP. Tais operações incluem basicamente a prestação de serviços, o saldo da conta partes relacionadas, está assim representada:

Descrição	2016 em R\$	2015 em R\$
Contas a Receber e a Pagar	3.392.606	3.373.222
Total	3.392.606	3.373.222

16 /



11. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são representadas principalmente pelo prestação de serviço e pela venda de ativo imobilizado pela AFIP Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais estão demonstrados conforme abaixo:

ATIVO CIRCULANTE

	Valores a receber em R\$		
Descrição	2016	2015	
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	5.931.800	4.407.984	
S.I.T. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.		-	
Subtotal	5.931.800	4.407.984	

	Outros créditos em R\$		
Descrição	2016	2015	
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	6.308.846	5.391.158	
Subtotal	6.308.846	5.391.158	
Total	12.240.646	9.799.142	

ATIVO NÃO CIRCULANTE

	Outros créditos – Vendas Ativos em R\$		
Descrição	2016		
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	4.157.868	10.466.714	
Total	4.157.868 10.46		

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representam empréstimos e financiamentos como segue:

Origem	Tipo	Garantia	Circulante	N.Circulante	Total
			em R\$	em R\$	Em R\$
Bradesco	Finimp	Aval	974.185	-	974.185
Bradesco	Empréstimo	imóvel	5.928.000	3.718.100	9.646.100
Bradesco	Capital Giro	imóvel	3.000.000	4.750.000	7750.000
Caixa Ec.Federal	Capital Giro	Deposito	1.265.663	7.484.298	8.749.961
		garantia			
Safra	Capital Giro	recebíveis	4.017.669	-	4.017.669
Proprietário	Financiamento direto	imóvel	5.251.366	3.063.297	8.314.663
Banco IBM	leasing	-	292.813	-	292.813
Total			20.729.696	19.015.695	39.745.391





13. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e a Lei 12.101 de 17 de novembro de 2009, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Descrição	2016
Ordenados e salários.	83.482.591
(*) Percentual de contribuição	27,80%
(a) Ordenados e salários	23.208.161
Ordenados e salários - CEAC	11.009.583
(*) Percentual de contribuição	26,80%
(b) Ordenados e salários	2.950.568
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	288.852
Percentual de contribuição devida	20,00%
(c) sobre autônomos	57.770
Cooperativas	411.042
Percentual de contribuição devida(c)	15,00%
(d) sobre Cooperativas	61.656
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) + (c) + (d) =	26.278.155

^(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, Sal.-educação 2,5% e Seguros contra riscos e acidentes 2%

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

É constituída pela Administração de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a AFIP figura como ré. A Fundação consoante NBC TG 25 só contabiliza as perdas prováveis, cujos montantes estão assim representados

Descrição	2016	2015
	Não Circulante-em R\$	Não Circulante-em R\$
Contingências cíveis e trabalhistas	3.044.180	3.661.739
Contingências tributárias	1.095.410	13.099.114
Total contingências	4.139.590	16.760.853

A AFIP possui ainda ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 6.775.886 e cíveis no montante de R\$ 5.294.571 e tributárias no montante de R\$ 9.625.860. A Administração, acredita que apoiada na opinião de seus consultores Jurídicos, as mesmas podem ser consideradas contingências possíveis que não justificam a constituição de provisão.





15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2016	2015
	em R\$	em R\$
Salários a pagar	4.194.273	3.761.988
Pensão alimentícia a pagar	13.732	10.421
Quitações a pagar	36.407	17.544
Total Obrigações trabalhistas	4.244.412	3.789.953

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2016	2015
	em R\$	em RS
Contribuição assistencial a recolher	30.054	8.555
Contribuição Federativa a recolher	941	2.154
PIS s/ folha de pagamento	144.460	130.204
ISS retido	12.743	15.295
Contribuição sindical a recolher	1921	2.129
INSS retido na fonte a recolher	13.842	27.077
IRRF a recolher	41.238	40.493
IRRF s/folha de pagamento	784.849	469.056
Pis/Cofins/Csll retidos a recolher	120.145	104.482
IPTU a recolher	24381	67.188
Parcelamentos diversos a recolher	110.496	437.206
Total obrigações tributárias	1.285.070	1.303.839

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2016 em R\$	2015 em R\$
INSS a recolher	634.432	607.201
FGTS a recolher	921.231	824.327
Total Obrigações sociais	1.555.663	1.431.528

18. RECEITAS E DESPESAS

As receitas da entidade são apuradas através de comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As receitas estão apuradas, excetuando-se as inadimplências e/ou valores considerados incobráveis. As despesas são apuradas através de notas fiscais, recibos, contratos e em conformidade com as exigências legais e fiscais.

19. SEGUROS

A Instituição, orientada por especialistas, mantêm apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais.

19 1



20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio inicial da Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa - AFIP, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após aprovação da Assembleia Geral.

21. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SUS

Conforme determinação no artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e artigo 20 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, a entidade cumpriu o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de atendimentos de saúde no SUS – Sistema Único de Saúde, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo:

Item	Quantidade	Quantidade
	2016	2015
Quantidade de atendimentos SUS	30.989.251	24.456.300
Quantidade de atendimentos convênio e particulares	13.925.880	9.738.953
Total dos atendimentos realizados no ano	44.915.131	34.195.253
Participação nos atendimentos SUS	69%	71,52%

22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2012 que aprovou a ITG 2002 — Entidades sem Finalidade de Lucros, a Associação Fundo de Incentivo á Pesquisa não utilizou o trabalho voluntário em 2016, e não considera o trabalho não remunerado de sua Diretoria Estatutária como voluntário, motivo pelo qual não houve registro material a efetuar.

20 1